ATA DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

------ Aos dez dias do mês de fevereiro, do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, teve lugar a 1ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda, com a seguinte Ordem de Trabalhos: ----------

------ **1 – Discussão e aprovação de Proposta da Câmara Municipal de alteração do preço de venda dos lotes para o Parque Empresarial do Casarão – Águeda, durante o ano de 2015;** ----------

------ **2 – Discussão e Aprovação da Proposta de reconhecimento de Interesse Público e Proposta de valor da venda de terrenos inseridos no Parque Empresarial do Casarão (Espaço de Atividades Económicas) – Sahkti Portugal;** ----------

------ **3 – Discussão e Aprovação da Proposta de Reconhecimento de Interesse Público e Proposta de Redução do Valor de Venda de Lotes no Parque Empresarial do Casarão – Triangle's.** ----------

------ Pelas vinte e uma horas e dez minutos deu início e presidiu a esta sessão o Sr. Presidente da Assembleia **Francisco Manuel Guedes Vitorino**, sendo secretariado pelas Senhoras Secretárias **Carla Eliana Costa Tavares e Cristina Paula Fernandes da Cruz.** --

------ **Participaram nesta sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal**: -------

------ Francisco Manuel Guedes Vitorino – PS; ----------

------ Alberto José Fernandes Marques – PSD; ----------

------ José Carlos Raposo Marques Vidal – PS; ----------

------ Carla Eliana da Costa Tavares – PS; ----------

------ António Manuel Fernandes Martins – CDS-PP; ----------

------ Carlos Alberto Batista Guerra – PS; ----------

------ Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS; ----------

------ Cristina Paula Fernandes da Cruz – PS; ----------

------ Hilário Manuel Ferreira do Santos – PSD; ----------

------ Manuel Augusto de Almeida Farias – PS; ----------

------ Paulo Jorge de Almeida Pereira – CDS; ----------

------ Abílio Ferreira Gomes da Silva - PS; ----------

------ Francisco Manuel Camossa abrunhosa Simões – CDU; ----------

------ António Jorge Pereira de Oliveira – PS; ----------

------ Marlene Sofia Esteves Oliveira – PSD; ----------

------ Casimiro Agnelo Oliveira Pinto - PS; ----------

------ Paulo Manuel Matos Soares – PSD; ----------
------ Maria Utilia Ferreira da Rocha Ferrão - PS; ----------
------ João Fonseca Coelho – PSD; ----------
------ **Compareceram igualmente à Sessão Extraordinária, os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia (PJF):** ----------
------ Albano Marques Abrantes – PJF de Aguada de Cima; ----------
------ Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara – PJ da União das Freguesias de Águeda e Borralha; ----------
------ Vasco Miguel Rodrigues Oliveira – PJ da União das Freguesias de Belazaima, Castanheira e Agadão; ----------
------ Carlos Guilherme da Silva Nolasco – PJF de Fermentelos; ----------
------ Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques – PJF de Macinhata do Vouga; ----------
------ Pedro António Machado Vidal – PJ da União das Freguesias de Préstimo e Macieira; --
------ Mário Ramos Martins – PJ da União das Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira; ------
------ **O Executivo da Câmara Municipal encontrava-se representado pelos Vereadores:**
------ Gil Nadais Resende da Fonseca – PS – Presidente; ----------
------ Jorge Henriques Fernandes de Almeida – PS – Vereador; ----------
------ Elsa Margarida de Melo Corga – PS – Vereadora; ----------
------ João Carlos Gomes Clemente – PS – Vereador ----------
------ Edson Carlos Viegas Santos – PS – Vereador; ----------
------ Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS – Vereador; ----------
------ O **Sr. Presidente da Assembleia Municiapal** dá início à sessão, cumprimentando a todos os presentes e aqueles que recorrem às novas tecnologias para acompanhar a sessão, referindo a importância da pontualidade no inicio das sessões. ----------
---------- **JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS** ----------
------ Foram verificadas as justificações de falta dos seguintes membros: ----------
------ Tiago Mendes dos Santos e Gomes Lavoura, que seria substituído por Brito Salvador, que não podendo também estar presente se fez substituir por João Carlos Fonseca Coelho; Marlene Domingues Gaio, Pedro Alexandre de Almeida Gomes, PJF de Recardães e Espinhel, que se fez substituir por Joana Margarida de Almeida Vela; Carlos Alberto Ferreira da Silva, PFJ de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga, fazendo substituir-se por Daniela Rute de Oliveira Fernandes; Wilson José de Oliveira Dias Gaio, PJF de Barrô e Aguada de Baixo, que foi substituído por Ana Paula Silva Moreira; João Pedro Alvim Henrique Xavier – PJF de Valongo, que foi substituído por Carlos Alberto Carneiro Pereira. ----------
------ O **Sr. Presidente da Assembleia Municiapal** dá início à sessão, cumprimentando a

todos os presentes e aqueles que recorrem às novas tecnologias para acompanhar a sessão, referindo a importância da pontualidade no início das sessões. ----------

---------- **CORRESPONDÊNCIA** ----------

------ De imediato, o **Senhor Presidente da Mesa** deu conhecimento da correspondência recebida e dirigida à Assembleia Municipal passando a referir: ----------

------ **Associação Nacional de Municípios do Carvoeiro**, remeta as Grandes Opções do Plano para 2015, ----------

------ **Câmara Municipal de Águeda**, carta aberta enviada a 31 empresas aguedenses, distinguidas com o estatuto PME excelência/2014; ----------

------ **Câmara Municipal de Águeda**, distinção do Municipio na 7ª edição do Green Project Awards, na categoria "Cidades Sustentáveis"; ----------

---------- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** ----------

------ Não foram feitas intervenções do público. ----------

---------- **ORDEM DE TRABALHOS** ----------

------ **1 – Discussão e aprovação de Proposta da Câmara Municipal de alteração do preço de venda dos lotes para o Parque Empresarial do Casarão – Águeda, durante o ano de 2015**; ----------

------ Na ausência do Sr. Presidente da Câmara, motivada por reunião em Lisboa, usa da palavra o **Sr. Vice-Presidente da Câmara, Vereador Jorge Almeida** para prestar alguns esclarecimentos: ----------

------ "De facto o Sr. Presidente está ligeiramente atrasado, ele vai chegar muito em breve, mas temos reunidas as condições para poder continuar com esta assembleia. ----------

------ Penso também que hoje estamos aqui por bons motivos. ----------

------ Efetivamente, o Parque que ousamos sonhar e concretizar, taz-nos agora aqui para que tomemos decisões sobre ele. ----------

------ Naturalmente que as questões que acompanham a economia mundial, europeia e nacional, a própria agressividade com que alguns concelhos nossos vizinhos que estão posicionados nesta matéria de cedência e a capacidade de facultarem espaços industriais aos empresários, leva-nos a trazer aqui esta primeira proposta que trata somente de adaptarmos o preço que até agora tínhamos no regulamento e que eram os 25 euros/m2 a 15 euros/m2 e fazermos repercutir este preço nos contratos de compra/venda que já estão firmados, mas que ainda não resultaram em escrituras. Lembro também já aqui, que o próprio Lidl comprou a este preço. Portanto, eu lembro que a pospostas são muito claras e sobretudo esta, deixava-a à discussão, claro!" ----------

------ Neste ponto da Ordem de trabalhos, foram feitas as seguintes intervenções que se

transcrevem na íntegra: ----------

------ **Hilário Manuel Ferreira do Santos** – PSD: ----------

------ "Efetivamente, os motivos que hoje nos trazem aqui são bons motivos. Ficamos contentes por mais uma vez vir aqui o Parque Empresarial do Casarão para ser debatido, com propostas de investimento, e nesse sentido, faremos a nossa intervenção e daremos também o nosso contributo. ----------

------ Cumprimento e dirijo-me agora também ao Sr. Presidente, que já chegou. ----------

------ No contexto socioeconómico em que vivemos actualmente, é fundamental que as Autarquias exerçam um papel amortecedor dos efeitos nefastos da crise económica em que vivemos. Uma das melhores formas de o fazer é o incentivo à criação de emprego através de apoio às iniciativas empresariais existentes. Como sabe sempre defendemos a criação de um parque empresarial em Águeda, mas também sabe que sempre fomos muito críticos à criação deste Parque Empresarial no Casarão, não por qualquer motivo de simples oposição, mas porque sempre achámos que o mesmo erradicava de importantes erros conceptuais dos quais destacamos. Localização errada, tendo nós defendido inclusivamente a sua localização freguesia de Macinhata do Vouga aproveitando a sua ligação direta à A25. Regulamento errado, muito castrador para os empresários. Condições de acesso absolutamente inadequadas bem como insuficiência de área de serviços do próprio parque.

------ Julgo que hoje o tempo nos veio dar razão, pois pelas condições com que o Sr. Presidente projectou o PEC não conseguiu obter nenhum sucesso, não porque não houvesse interessados em investir em Águeda como o Senhor vinha afirmando, mas acima de tudo porque a proposta de valor dada aos empresários, não era suficientemente atractiva para os mesmos lá se instalarem. ----------

------ Recordemo-nos que começou a vender os lotes a 25€/m2, passou depois, numa exceção para 15€/m2 só para o Lidl, hoje, neste 1º ponto, traz-nos aqui uma proposta para passar todos os lotes para 15€/m2 durante o ano de 2015, mas na prática traz-nos aqui sim, duas propostas para vender não a 15 mas a 1€/m2, já que por 15€/m2, terá muitas dificuldades em vender lotes nas condições hoje apresentadas pelo Casarão. ----------

------ Sempre lhe dissemos que faríamos parte da solução e nunca do problema, que era chegado o momento de rectificar as insuficiências do PEC e por isso lhe apresentamos, em determinada altura, um conjunto de sugestões para tentar ajudar a dinamizar o mesmo, que aqui recordo e que lhe pergunto se as vai ter em conta ou não? Falo concretamente de melhoramento da ligação do PEC à variante a Águeda, alargando a via existente com possível viaduto na cerâmica do Alto para entroncar na rua dos Três Marcos; ----------

------ Construção de incubadora de empresas no PEC; ----------

------ Construção de área de serviços no PEC; ----------
------ Possível mudança dos armazéns municipais para o Casarão; ----------
------ Criação de sistema de transportes públicos atractivos para o PEC; ----------
------ Criação de equipa de manutenção e de apoio específico ao PEC; ----------
------ Mas estas medidas só por si não chegavam para revitalizar o PEC, já que o preço é elevado, vindo o Presidente agora propor a alteração de preço dos lotes existentes no Casarão para 15€/m2 e especificamente para 2 promotores ainda se disponibiliza a vender a 1€ /m2 para lá se instalarem, já que segundo os mesmos o preço inicial pode inviabilizar o sucesso das suas operações. ----------
------- Se compreendemos e concordamos com a sua posição de vender a 1€/m2 para estes 2 promotores (sob algumas condições julgo eu), também entendemos que devemos ser mais arrojados na promoção e venda dos restantes lotes, garantindo até alguma equidade nas condições oferecidas entre estes 2 promotores e outros eventuais interessados, devendo para isso alterar-se o regulamento do PEC, ajustando-o mais à realidade empresarial que hoje temos. ----------
------ Sendo assim, vem o Grupo Municipal do PSD propor que o Regulamento Municipal do Parque Empresarial do Casarão seja revisto na sua globalidade, apresentando desde já uma proposta de alterações do artigo 7º que diz respeito à venda e do artigo 8º que diz respeito à modalidade de pagamento, de forma a que o mesmo tenha condições para ser apresentado e votado na próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal. ----------
------ Artigo 7º – Venda ----------
------ Nº 1 – A venda dos lotes é efectuada por 15€/m2 durante o ano de 2015. Até aqui, não há nenhuma alteração àquilo que o Sr. Presidente propõe; ----------
------ Nº 2 – O preço fixado pode ser reduzido nos lotes para Indústria/Armazenagem segundo deliberação do Executivo Municipal, de acordo com os critérios seguintes e aqui propomos uma alteração em relação aos critérios existentes: ----------
------ a) Pode ser reduzido em 2€/m2 caso a licença de construção seja emitida pela Câmara Municipal no prazo de 1 ano após a realização da escritura ou contrato de venda e desde que a mesma incida no mínimo sobre 35% da área máxima de implantação. Nos casos em que a conclusão do licenciamento esteja dependente de resposta da Câmara Municipal, nestes casos, estes prazos podem ser alargados. ----------
------ b) Redução em 2€/m2 caso a licença de utilização seja emitida num prazo de 2 anos após a realização da escritura ou contrato de venda e desde que a mesma incida no mínimo sobre 35% sobre a área máxima de implantação. Este prazo pode ser alongado por um período máximo de tempo igual caso o processo esteja dependente de autorização prévia

de entidades terceiras não imputáveis ao promotor. Na prática, se o promotor já instruiu o processo estará em condições de reduzir o prazo. ----------
------ c) Redução em mais 1 €/m2 caso o promotor possua um posto de trabalho por cada mil m2 da área do lote adquirido até final do 2º ano civil completo após a realização da escritura ou contrato de venda. Este valor é majorado em 100% caso 50% dos postos de trabalho criados sejam detidos por pessoas com residência fiscal no Concelho de Águeda. Concretamente o que se passa é isto: depois do promotor fazer a sua instalação, começa a laborar. Se tiver os postos de trabalho igual a um posto por cada 1000m2 de área comprada, tem direito a uma bonificação de 1€ ou 2€/m2 durante os próximos 5 anos de acordo com o número de funcionários ou não que tenham residência fiscal em Águeda; ------
------ d) As condições referidas na alínea d) repetem-se nos 4 anos subsequentes (até ao 3º, 4º. 5º, 6º e 7º ano civil completo, após a realização da escritura ou contrato de venda. Quer dizer que estes 5 anos é para garantir que o promotor garante os número postos de trabalho. ----------
------ Nº 3 – No caso de empresas do Concelho de Águeda que se deslocalizem para o Parque Empresarial do Casarão, o município ficará com o direito de opção de compra das suas instalações sempre que se verifique uma redução do preço fixado no nº 2 e enquanto se verificar o nº 2. Caso a alínea c) e d), aquela que dá direito a redução de preço de acordo com o número de postos de trabalho criados pela empresa então este direito de opção do Município deixará de existir. O que é que acontece? Se a empresa mudou para o Parque e não criou novos postos de trabalho, o Município tem direito de opção sobre as instalações da empresa no caso de ela querer deslocalizar. No caso de a empresa ter criado novos postos de trabalho, o Município deixa de ter direitos de opção; ----------
------ Nº 4 – para a alínea c) e d) contarão todos os trabalhadores que estejam afetos a este estabelecimento, independentemente do nome do promotor. Pretende-se com isto acautelar a situação de haver mais do que uma empresa a laborar no mesmo lote. ----------
------ Nº 5 – A comprovação da quantidade de postos de trabalho deve ser entregue no mês de Janeiro de cada ano (referente ao mês de Dezembro do ano anterior), no Gabinete de Apoio ao Empresário na Câmara Municipal através de declaração emitida pela segurança social. A autarquia pode em qualquer momento pedir para ser comprovado o número de trabalhadores independentemente desta declaração, não podendo o promotor negar-se a autorizar a visita da mesma, bem como a prestar toda a colaboração para ser comprovado tal facto. ----------
------ Nº 6 – Para a empresa poder beneficiar do número 2 deve de apresentar um plano de negócios e de investimento calendarizado, devidamente instruído à Câmara Municipal de

Águeda, para que esta possa analisar e deliberar de acordo com o mesmo, fixando estão os termos do negócio e a forma de pagamento. Portanto, aqui, definiu-se o que é o processo da venda. ----------

------ Artigo 8º - Modalidades de pagamento ----------

------ O que nós temos no anterior regulamento é: o promotor tem que pagar o terreno conforme regulamento; no caso de haver reduções de preço, então os promotores terão que oferecer garantia à Câmara para o valor que está a ser apoiado o que está a ser reduzido na Câmara. ----------

------ 1. O pagamento do lote/lotes é efectuado de imediato no ato da celebração da escritura ou do contrato de compra e venda. Caso o promotor venha a beneficiar de deliberação da Câmara Municipal resultante do artigo 7º, nº 2, então o pagamento far-se-á da seguinte forma: ----------

------ a)1€ por m2 no ato da celebração da escritura ou do contrato de compra e venda; -------

------ b) 2€/m2 um ano após a celebração da escritura ou do contrato de compra e venda caso não seja invocado e cumprido o artigo 7º nº 2 alínea a), isto é, caso o promotor não tenha ainda a licença de construção; falo isto porque é muito importante que tenhamos promotores para o parque, mas que efetivamente eles lá existam e que façam lá as construções. Ainda recentemente tínhamos a questão do Lidl para analisar, em que o promotor comprou, mas não criou lá nenhum emprego e portanto, o primeiro ato é criar a licença de construção, junto do município. ----------

------ c) 2€/m2,que terá de pagar, dois anos após a celebração da escritura ou do contrato de compra e venda, caso não seja invocado e cumprido o artigo 7º, nº 2 da alínea b); ----------

------ d) 2€ /m2 durante cinco anos, dois anos civis completos após a celebração da escritura ou do contrato de compra e venda, caso não seja invocado e cumprido o artigo 7º, nº 2, alínea c) e d). Os pagamentos destas prestações serão efectuadas no mês de fevereiro subsequente à comprovação dos postos de trabalho. ----------

------ O ponto 2, igual; o ponto 3 igual e o ponto 4 desaparece. ----------

------ Concluindo, teremos então o seguinte: ----------

------ Os lotes de terrenos durante ao ano de 2015 custarão 15€/m2. ----------

------ Poderão os mesmos lotes ser adquiridos até 1€/m2, caso o promotor cumpra os seguintes requisitos: ----------

------ Tenha licença de construção para 35% da área total de implantação no 1º ano, para que as pessoas não comprem áreas enormes e depois não constroem ou andam lá muito tempo para construir. Assim, os 35% implicam que a empresa ainda possa triplicar a sua área em relação ao que tinha previsto inicialmente. ----------

------ Tenha licença de utilização ou devidamente instruída junto das entidades competentes nos primeiros dois anos. Estes dois anos, parece-me que até deveriam ser três. Mas seguimos o regulamento do senhor presidente que previa 2 anos**;** ----------
------ Crie um posto de trabalho nos primeiros 5 anos de laboração por cada mil m2 de área adquirida, nos primeiros 5 anos de laboração; ----------
------ Que 50% dos seus trabalhadores tenham residência fiscal no Concelho de Águeda. ----
------ Assim teremos garantido ao promotor, poder avançar com o seu projeto, com custos de implantação muito baixos e sem necessidade de utilizar quaisquer garantias bancárias ou adicionais, que serão muito perniciosas para ele. ----------
------ É a proposta que apresentamos." ----------
------ **Francisco Manuel Camossa Abrunhosa Simões** – CDU: ----------
------ "Eu terei uma intervenção curta porque o assunto é demasiado objetivo e vou lê-lo de seguida. Entretanto, gostaria e apelo à comunicação social que intitule no próximo número em que esta assembleia for descrita e a forma como decorreu, a intervenção do Sr. Eng.º Hilário Santos e, parafraseando Gabriel Garcia Marques, seja considerada como uma crónica, de um regulamento anunciado. A mim parece-me que isto não está muito enquadrado com aquilo que nos traz aqui hoje. Eu estou de acordo com as preocupações dele. Acho que tem haver muito cuidado com as decisões que se tomam porque elas podem ter consequências. ----------
------ Por exemplo: o Lidl comprou a um preço e agora vai ser comprado a outro. Isto vai inviabilizar que o Lidl continue com o negócio ou não? Outros investidores do Concelho, como é que vão proceder? ----------
------ Isto tem que ser encarado com muito cuidado. Estou de acordo com a maioria daquilo que disse, só que me parece que nesta altura isto tem que ser um documento lido, amadurecido e não ouvido. Portanto, sugiro-lhe que numa próxima reunião da Assembleia Municipal, essa proposta seja apresentada para a discutirmos porque de facto, isso preocupa-me. É uma medida que eu apoio, creio que na generalidade a Assembleia Municipal vai apoiar porque Águeda precisa do Casarão a trabalhar rapidamente e precisa de criar postos de trabalho e nós vamos apoiar isso, creio eu, mas temos que prever um conjunto de mecanismos que tornem isto muito claro, que têm de ser anunciados, pode haver oportunidades de investimento que se façam agora ou daqui a 2 ou 5 anos, mas as regras do jogo deveriam ser estabelecidas. Para marcar uma posição, porque acho que faz sentido uma situação destas e como ordem de trabalhos, tem aqui 3 pontos; eu consideraria 1 ponto com 3 alíneas. Seria uma intervenção única que aborda todos os três. ----------
------ A criação de novas empresas é sempre bem-vinda, especialmente nos momentos de

crise económica como o que agora atravessamos. ----------
------ No caso concreto que hoje abordamos, se os investimentos referidos se concretizarem será grande o nº de postos de trabalho a criar e consequentemente, o impacto que daí resultante terá extrema importância para a economia nacional e local. ----------
------ Servirá também para que finalmente o Parque Industrial do Casarão tenha sentido e que estes dois investimentos funcionem como núcleo responsável pelo seu crescimento em termos de utilizadores futuros. ----------
------ As empresas agora referidas têm características completamente diferentes, todavia ambos representam projectos inovadores do ponto de vista científico e tecnológico. Uma delas, propriedade de investidores Aguedenses, que todos conhecemos, dá-nos, à partida, todas a garantias de ser um projecto sério e por isso de apoiar e louvar. O segundo, apesar da concorrência de outro município do distrito, tem uma dimensão completamente diferente e um impacto muito mais profundo na economia do local aonde se vier a instalar. ----------
------ Pelo que conheço do promotor, a Sakthi, que já possui instalações em Portugal, na Maia, apesar do projeto ser uma unidade de fundição de grande dimensão, estou seguro que a Câmara o exigirá e a Empresa cumprirá com todas as obrigações em termos ambientais. Assim sendo, esperamos que o executivo dê todo o apoio a estes investidores, mas simultaneamente considere que o Parque Industrial Concelhio tem de ser instalado em verdadeiras Zonas Industriais, terminando com a situação atual, que já foi pior, mas que ainda reflecte neste aspecto uma grande desorganização em termos do ordenamento do território. ----------
------ O investimento agora realizado e a realizar pelo Município deve ter continuidade, tendo sempre como objectivos principais o crescimento económico do concelho, o apoio à criação de mais empresas, de mais postos de trabalho e de centros de partilha entre o conhecimento industrial e o conhecimento cientifico. ----------
------ Só com empresas que acrescentem valor significativo aos seus produtos teremos uma economia desenvolvida, que ao criar mais riqueza e ao distribui-la com critério, permitirá que os cidadãos tenham uma vida com muito mais sentido (coisa que não sentem neste momento)! ----------
------ Isto é importante e, portanto, dou o meu apoio às propostas apresentadas pelo executivo.” ----------
------- **Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara** – PJ da União das Freguesias de Águeda e Borralha; ----------
------ **“**A questão que tinha para colocar ao Sr. Eng. Hilário prende-se com o seguinte: ele fez aqui um extenso rol de pontos e um deles, eu não percebi e era importante; era a questão

de ter um posto de trabalho por 1000m2. Seria acima dos postos de trabalho que já existiam ou por cada 1000m2 um posto de trabalho? Isso era importante. ---------- Aquilo que eu queria dizer relativamente ao Parque Empresarial do Casarão, é que de facto, na minha óptica é a grande obra deste executivo e relança Águeda e o nosso concelho em termos económicos e sociais para o futuro e isso é que é importante. ---------- Depois é muito difícil percebermos o que o Eng.º Hilário disse, porque é muito extenso e tem muitos valores para cima e para baixo. Tinha e tenho uma preocupação e do que me vou apercebendo, penso que no nosso conselho ainda há muitas empresas que não estão totalmente legalizadas, pelos sítios onde estão, por um sem número de razões. E eu acho que este era também o momento e era uma sugestão que eu deixava ao Sr. Presidente da Câmara, era o momento de não andarmos com tantos preços para cima e para baixo. ---------- Também não percebi uma coisa que o Sr. Eng.º Hilário disse, que é o seguinte: uma empresa deslocaliza-se de Águeda para o Casarão e a Câmara fica com direito à superfície, do terreno da empresa que se vai deslocalizar? Eu preferia que nós simplificássemos mais e estou de acordo com o Sr. Eng.º Abrunhosa Simões quando diz que deveríamos simplificar mais e que deveríamos ser mais objetivos. O que eu propunha é que todas as empresas que estejam no nosso concelho e se encontrem em dificuldade de se legalizarem, que possam permutar, sem a Câmara ressarcir nada e que o preço fosse por exemplo de 5€, porque indo para o Casarão elas estariam automaticamente legalizáveis. Eu acho que isso seria um passo importante. Na minha opinião acho que deveríamos simplificar e, neste caso, os 5€/m2 parece-me uma importância razoável e, estando as empresas num momento de dificuldade, iria ajudar na criação de riqueza. Poderia também a Câmara começar a criar uma bolsa de terrenos para outro tipo de situações nas diferentes localidades. Parece-me que o valor de 5€ que vem do Lidl é um valor razoável e as empresas não davam direito nenhum de opção, mas cediam os terrenos à Câmara. Passariam a ser legalizáveis, se calhar com o 2020 poderiam ir a buscar financiamentos porque o Quadro Comunitário de apoio que aí vem é essencialmente de apoio às pequenas e médias empresas e ao empreendorismo. Portanto, propunha que fosse equacionada esta possibilidade que acho que é extraordinariamente importante para o concelho e um sem número de empresas poderem ser legalizadas e as pessoas poderem fazer investimento. ---------- Gostaria de relembrar também que o reaparecimento de empresas ou a deslocalização das empresas de Águeda para Águeda, garantidamente que vão fazer uma outra coisa que é mexer com a economia local, na área da construção. Garantidamente que, havendo em Águeda muitas empresas que se dedicam à construção de pavilhões industriais, naturalmente se as empresas de Águeda se se deslocalizarem para lá, irá também fazer

com que o comércio dos materiais de construção e as empresas de construção tenham aqui também um alento. ----------

------ Acho que deveríamos ponderar muito bem esta situação. Acho que o Parque Empresarial do Casarão e da forma como aqui estamos a debater de facto é uma grande aposta e uma aposta ganha e acho que daqui pode nascer muito do nosso futuro coletivo em termos económicos e que todos deveríamos pensar no futuro económico do nosso concelho, num futuro social e encontrarmos as soluções mais assertivas e mais acertadas, para com o Parque Empresarial do Casarão, legalizarmos muita coisa e criarmos novos postos de trabalho e neste momento darmos a mão aos empresários que precisam para que possam lá fazer as suas novas empresas." ----------

------ **Manuel Augusto de Almeida Farias** – PS: ----------

------ "Parece-me que na incapacidade de fazer bolos, o PSD em Águeda é particularmente bom a colocar a cereja em cima. O Parque Empresarial do Casarão, como o deputado Paulo Seara acabou de dizer, é também em minha opinião, a grande realização dos últimos 10 anos, no nosso concelho. Tem a visão e foi projetado para o futuro e para alterar muito do passado e dar mais condições para que o presente mude muito não apenas no quadro económico, mas particularmente no quadro ambiental. De facto, como convém a qualquer projeto de média e longa dimensão, tem visão e foi projetado para o futuro. ----------

------ Esta realização, feita desta forma, ou poderia ter sido noutra, naquele ou noutro local, foi perspetivado no plano estratégico que foi aprovado nesta sala, em 2001. Perdeu a oportunidade de uma década, numa altura em que criámos zonas industriais, através da colocação de placas de sinalização numa época em que havia fábricas no meio de casas e casas no meio de fábricas. Poder-se-á dizer que a realização foi feita já um pouco em contraciclo. Efetivamente foi e é em contraciclo que se mudam os paradigmas e é em contraciclo que se fazem as grandes realizações, mudam as conjunturas locais ou mesmo regionais. A Câmara foi determinada e resistiu a todo o tipo de críticas, provavelmente criticas com esta realização, de quem está habituado ou confrontado com a inação, com falta de visão estratégica ou a incapacidade para alavancar o desenvolvimento e o progresso económico, na nossa terra. ----------

------ A crise financeira mundial e a conjuntura que se instalou no nosso país, de facto ditaram algum congelamento na visão imediata de utilidade do Parque Empresarial, mas todos nós sabemos que ciclos económicos se sucedem, se alternam e que neste momento Águeda está preparada para disputar e concorrer no mercado mundial de atracão de investimento. As propostas que temos aqui hoje para apreciar, ou outras que se poderão ainda adicionar e vir a tornar mais interessante e mais fundamentado todo o investimento e

dar razão a toda a determinação, que o atual executivo teve, perante este projeto e perante este desafio, ainda que esta alavancagem tenha que vir do exterior. ----------

------ Para mim, é verdadeiramente excecional que exista um projeto local com uma dimensão tão interessante que resulte de sinergias e de entendimentos entre empresas que estão num clusters e que se potenciam e em parceria podem potenciar e dar outra razão à dimensão do investimento que vão abraçar, mas é natural que de facto, do exterior, havia de chegar uma alavancagem, particularmente nesta conjuntura de congelamento do progresso económico que neste momento e nestes últimos 4 anos, vivemos em Portugal. ----------

------ Considero que a proposta da Câmara Municipal para reduzir os preços de acesso à instalação ao Parque é uma resposta em dois sentidos: é uma resposta à concorrência periférica e é uma resposta à conjuntura atual e é preciso realçar um aspeto que eu gostaria de um esclarecimento um pouco mais profundo por parte do Sr. Presidente. ----------

------ Estas reduções de preço e estas situações excecionais, para além do grande interesse público, dos investimentos que têm associados, de modificar as conjunturas, a empregabilidade, arrastar uma série de outras atividades económicas, marginais que merecerão uma análise casuística, das condições de instalação, é a existência ou não existência do direito de superfície que acompanha estes grandes projetos que beneficiando, ou estas condições especiais, ou excecionais, de preço/m2, são acompanhadas também de outras contrapartidas e, em concreto, penso que será útil esclarecer esta Assembleia sobre a existência, nuns casos ou não, do direito de superfície.” ----------

------ **Hilário Manuel Ferreira do Santos** – PSD: ----------

------ “Primeira questão à forma de apresentar a proposta. ----------

----- Qualquer proposta que nós aqui apresentemos, não passa de uma recomendação ao executivo. Nós não podemos apresentar uma proposta e ser deliberada na Assembleia Municipal, esta só pode deliberar propostas que venham do executivo. O que nós hoje viemos aqui fazer foi apresentar uma proposta para que o executivo se debruce sobre ela e que tenha condições de nos trazer esta proposta revista para a próxima Assembleia Municipal ainda no decorrer no mês de fevereiro, penso que será obrigatório mais uma assembleia ordinária, todos nós sabemos disso, para que nesse momento possamos deliberar sobre isto. ----------

------ E pegamos em quê? Pegamos no Regulamento do Parque Empresarial do Casarão, que eu penso que não é um bom regulamento, já o disse várias vezes e direi mais: penso que a Câmara Municipal o está a incumprir. E acho que nenhum de nós o quer incumprir. Porquê? Respondendo ao Eng.º Abrunhosa Simões, a questão do Lidl, no artigo 13º do regulamento aprovado para o Parque Empresarial do Casarão, diz o seguinte: ----------

------ “Após a realização da escritura ou contrato de venda, ou de constituição de direito de superfície, a empresa/interessado, tem o prazo máximo de um ano para iniciar a construção e 2 anos para obtenção da licença de utilização, findos os quais, não existindo qualquer justificação legal, aceite pela Câmara Municipal, o direito de propriedade ou direito de superfície, poderão reverter para a câmara Municipal nos termos definidos no artigo 14º.” ----
------ Que eu saiba (o Sr. Presidente ainda não nos esclareceu sobre isso e pode ter alguma novidade para nós) já se passaram estes prazos. E, segundo o regulamento, o terreno vendido ao Lidl já deveria ter revertido para a Câmara Municipal. Podem dizer-me que é absolutamente injusto; eu também acho que é e não seria correto e de boa-fé, se calhar, digo eu, a Câmara fazê-lo, mas levando à letra este regulamento, já teríamos este problema para redimir. Aliás, este regulamento, disse-o na altura e digo-o hoje, é muito complicado e põe sempre muitos ónus da prova do lado dos empresários. E eu acho que tem que ser facilitado. Por isso é que este documento que nós apresentamos hoje, é um documento para a Câmara Municipal se possa debruçar rapidamente sobre ele. É fácil fazer um regulamento sobre isto porque há coisas sobre as quais temos que nos debruçar e várias outras coisas que temos que tratar do regulamento. ----------
------ Diz o regulamento, no artigo 4º que o Parque vai ser gerido pela Câmara Municipal. Se calhar devia fazer dentro desta gestão um regulamento de condomínio; quem é que paga as limpezas e um conjunto de situações que devem ficar definidas, no meu ponto de vista. Há aqui coisas que têm que ser mudadas, o município tem condições para isso porque as coisas também mudaram nos últimos tempos. ----------
------ Em relação à proposta em concreto, Sr. Paulo Seara, a coisa é muito simples: ----------
------ Nós não pomos isto na criação dos novos empregos e velhos empregos. Nós não pomos isso nesses termos. O que nós dizemos é simplesmente isto: a empresa que se instale no Casarão o estabelecimento que lá estiver instalado, pode ter mais estabelecimentos, naquele estabelecimento para obter condições de desconto, tem que ter as seguintes situações: ----------
------ Ter licença de construção no espaço de um ano, para que não tenhamos esta situação do Lidl; ----------
------ Ter licença de utilização ou processo devidamente instruído num prazo de dois anos (aqui seguimos o que estava neste regulamento); ----------
------ Depois, nestas duas componentes podemos obter um desconto de 4€/m2. Portanto o terreno deixa de custar 15€ e passa a custar 11€; ----------
------ Depois dizemos: por cada posto de trabalho que seja lá criado ou que exista lá por cada 1000 m2 que o empresário tenha comprado, ou o promotor, tem um desconto de 10€,

nos próximos 5 anos, que são 2€/ano. De que maneira? Aqui, antes para os descontos, o empresário tinha que dar garantias; neste caso o empresário não dá nenhumas garantias. O empresário cria os postos de trabalho de acordo com os limites do plano. O empresário chega ao final do ano, tem-nos criados e não paga os 2€/ano; não os tem criados, tem que pagar os 2€/ano. A coisa é muito clara! Fica o problema resolvido em termos de formas de pagamento. ----------

------ Portanto, criação de postos de trabalho 10€ que o empresário pode beneficiar no preço do lote; 10€ durante cinco anos. 4€ pelas instalações e 10€ pelos postos de trabalho. Este é um rácio de equidade em relação às propostas que vamos já a seguir. ----------

------ Na proposta que vamos discutir a seguir da fundição, o promotor vai pagar 1€/m2 mas vai receber 9 ou 10€/m2 porque o investimento da Câmara será entre 1,5 milhão a 2 milhões, o Sr. Presidente dir-me-á se sim, se não – para 200 mil m2 de terreno, mais o terreno que já comprámos, porque os terrenos comprados, não foram alvo de apoios do QREN. Alem disso, a fundição vai ter um rácio de criação de postos de trabalho de 0,60 a 1 pessoa/1000m2 porque o empresário propõe-se criar 120 a 200 postos de trabalho na 1ª fase, para um terreno de 200 mil m2. Portanto, os rácios que estamos a propor, são rácios na mesma linha que estão já propostos. ----------

------ Há uma coisa, que penso eu, que teremos que nos entender sobre isto. Aqui não é uma questão de empresários de Águeda ou de fora de Águeda, dos que já cá estão ou não estão. ----------

------ Durante o ano de 2015 lançamos esta proposta no sentido de atracão. Em 2016 o próprio presidente apresenta a sua proposta em relação a 2015 e em 2016 voltam às condições anteriores ou não, dependendo do que se venha ou não a aprovar. É uma forma que se tem de se apoiar mais depressa a instalação e a criação de empresas. E ponho aqui uma nota mais importante, esta questão da licença de construção. Porque havendo licença de construção, as pessoas começam a construir. ----------

------ Em relação à mudança dos empresários de Águeda, a questão está aqui definida; não é preciso criar postos de trabalho. O que dizemos é: que já tem a sua empresa em Águeda e se queira instalar lá, quer mudar por questões de legalização ou o que seja, muda e não precisa de criar postos novos de trabalho. Muda para lá e paga 1€/m2. a única coisa que nós dizemos é: se muda para lá e está a beneficiar de 1€/m2, subsidiado pela Câmara, se for vender a Câmara tem direito de opção e de preferência. Só neste caso. Se a pessoa criou novos postos de trabalho, lá, então a Câmara deixa de ter esse direito de preferência. Porque por vezes, estas situações de mudanças de instalações, tem a ver com processos que não se conseguem legalizar e como não se conseguem legalizar a Câmara tem também

o direito de resolver isto. ----------
------ Penso que assim esclareci tudo.” ----------
------ **Carlos Guilherme da Silva Nolasco** – PJF de Fermentelos: ----------
------ “Quero começar por dar os parabéns ao Executivo da Câmara Municipal na pessoa do Sr. Presidente, porque o que hoje está aqui a ser tratado é de uma importância vital para o nosso Concelho. ----------
------ Depois da inauguração do Parque Empresarial do Casarão, era com tristeza que via todo aquele investimento e todo aquele espaço sem dar os frutos e o resultado para que fora feito. ----------
------ Agora, com as propostas que nos estão a ser apresentadas e pelas informações que nos vão chegando e vamos tomando conhecimento, começamos a ver que os resultados irão aparecer e mais depressa do que há algum tempo atrás podíamos esperar. ----------
------ Sem entrar nos valores dos terrenos e nos regulamentos que hoje aqui estão a ser discutidos, (isso ficará para outros que se debruçam mais a sério nesses pormenores), fico satisfeito por ver que a partir de agora irão ser feitos importantes investimentos e com estes, a criação de postos de trabalho, factor importante e preponderante para o desenvolvimento, mas sobretudo para benefício das pessoas do nosso concelho. Por isso votarei favoravelmente todas as propostas que hoje aqui nos são apresentadas. ----------
------ Ao mesmo tempo, fico contente, pois com uma ocupação do PEC a rondar os 70%, pode e deve a Câmara começar, desde já, a pensar numa zona empresarial em Fermentelos, a ser construída na zona do Monte Grande e Portinho, que de entre todas as freguesias do nosso Concelho é a que tem melhores condições. ----------
------ Tem as condições óptimas das tão faladas e indispensáveis acessibilidades, pois a escassos 2 Kms do nó da Auto-estrada A1, a 5 Kms do nó da A17, a pouco mais de 5 minutos de Aveiro, e com a construção já anunciada e em curso da rotunda na zona do Portinho, estão criadas as condições para a decisão de aí se construir uma zona empresarial na freguesia mais a poente do nosso Concelho. ----------
------ Vários Bancos, Estações de Correios, Estação de caminho-de-ferro a escassos minutos, são factores mais que decisivos para a construção da tão ansiada Zona Empresarial de Fermentelos. ----------
------ Com uma área privilegiada para este fim, com a sua proximidade à zona industrial de Oiã, que praticamente já esta lotada, tem todas as condições para aí ser construída. Seria um ótimo investimento para o Concelho de Águeda e para Fermentelos, que tanta falta tem de postos de trabalho, pois como sabemos, o setor da construção, que empregava muita gente de Fermentelos, nestes últimos tempos está com muito pouca atividade. ----------

------ Por todas estas razões, penso que o Sr. Presidente e a Câmara deverão envidar todos os esforços para a construção da zona empresarial de Fermentelos. ----------
------ Aqui fica o meu pedido e a minha total disponibilidade para trabalhar e colaborar para que entre todos, possamos conseguir concretizar um dos grandes anseios das gentes de Fermentelos.----------
------ **António Manuel Fernandes Martins** – CDS-PP: ----------
------ "Queria tecer duas ou três considerações breves sobre esta situação. Dizer que há coisas que não se dizem em determinadas alturas das negociações que estão a decorrer e há algumas delas que eu gostaria de dizer e de ponderar aqui não vou obviamente dizer. Acho que devem estar reservadas ao Sr. Presidente da Câmara na fase negocial em que está e tudo aquilo que aqui se possa dizer sobre coisas que nós pensamos que podem prejudicar e eu não gostaria de ser um empecilho para o Sr. Presidente da Câmara, neste momento. Dizer também que quando eu tento descomplicar, só tenta complicar. ----------
------ Os senhores membros desta Assembleia acham que se eu for empresário, se tiver uns milhões para investir, vou chegar ao pé do Sr. Presidente da Câmara para discutir com regras e estatutos de parques empresariais?! Não. ----------
------ Hoje, nos tempos que correm, lamento ter que o dizer, ou se calhar nem tanto, mas quem tem dinheiro para investir, quem tem arrojo para investir, quem corre os riscos que corre, chega ao pé de um promotor imobiliário, neste momento a Câmara Municipal de Águeda e se não lhe derem as condições que os outros lhe dão, ele muda para outro lado. Portanto, estarmos a estabelecer regras que disciplinem a vinda ou instalação de empresas no concelho de Águeda, eu acho que em termos legais é muito importante e muito giro, mas cai tudo pela base porque passados 15 dias, nós estamos aqui, outra vez, a alterar os regimentos, alterar as regras porque alguém veio propor que se quer instalar e quer ter um projeto, e o Sr. Presidente só tem uma solução: ou se senta à mesa e negoceia e vem de novo a esta Assembleia dizer que um projeto, mas as pessoas não querem pagar o projeto, questionando-se se os deixa ir embora ou se os deixa instalar e se calhar, por uma medida de inteligência, nós vamos pensar que quem se instala, quem faz um empreendimento da dimensão daqueles que vamos aqui votar, vai provocar colateralmente, algumas situações, que algumas são prejudiciais, mas genericamente são benéficas para o concelho, quer ao nível social, quer ao nível empresarial quer ao nível da economia. ----------
------ Acho que estamos todos a falar e a divagar demais, quando queremos introduzir regras numa coisa propícia a regras. Quem neste momento arrisca tem direito de "pedir", que lhe sejam dadas condições para correr o risco. ----------
------ Pediria ao Sr. Presidente para falar genericamente daquilo que vamos falar aqui. Não

acho que haja necessidade de começarmos a falar de duas coisas distintas em alturas distintas. ----------

------ Relativamente a um dos projetos, não tenho duvidas que ele terá sucesso. ----------

------ Falo de um projeto de gente de Águeda que eu há muitos anos conheço, superficialmente. Conheço-lhes o percurso, sei que são gente dinâmica e que quando resolve investir e arriscar o dinheiro que está em causa, é para ter sucesso. ----------

------ Li os projetos e as declarações de intenções dos dois grupos económicos. Estou à vontade porque num deles estou mais ou menos dentro do ramo e conheço aquilo de que as pessoas estão a falar, estou à vontade para dizer que em termos de projeções que o grupo da Triangle' s aqui vem propor. Conheço a dimensão daquilo que eles falam. Portanto, não tenho dúvidas que tratando-se das três empresas em questão e tratando-se do projeto que não é fácil de avaliar porque ele está superficialmente explanado, mas não tenho dúvidas que é um projeto extremamente importante e para alem disso é um projeto de Águeda e para gente de Águeda que tem balanço para a Europa. ----------

------ Sei de alguma forma que aquilo que falamos é verdade. Conheço também a dimensão do mercado. Sei que os objetivos a eles que se propõem não são inatingíveis e face às empresas em questão, é obviamente um projeto de muito interesse para o município e que todos nós deveremos apoiar. ----------

------ No caso específico da outra empresa, não conheço profundamente, tenho algumas reservas. Acho que é um projeto, de acordo com o que algumas vezes falei com o Sr. Presidente da Câmara, acho que é um projeto com possibilidades de alavancar o Parque Empresarial, tal qual o Lidl o era. Há projetos que têm uma certa massa crítica, acho que este a tem, mas tenho algumas reservas relativamente àquilo que aqui foi falado relativamente à questão ambiental e a outras coisas que eu não domino. ----------

------ Nós iremos votar favoravelmente aquilo que nos é solicitado, mas pediria ao Sr. Presidente e confio na sua capacidade e honestidade nesta matéria, que preserve algumas situações que poderiam eventualmente ser de risco num projeto desta dimensão e num tipo de negócio de que estamos a falar. ----------

------ No demais, relativamente àquilo que está projetado para o Parque, vamos aguardar. Aliás este projeto ainda está a ser negociado, que na minha perspetiva ainda não está concretizado e será concretizável se…. Vamos então aguardar relativamente a outros comentários que aqui foram feitos para mais tarde avaliarmos se tudo aquilo que foi explicitado na proposta que o Sr. Presidente da Câmara fez e como reconhece em termos de temporização, o Parque Empresarial está atrasado naquilo que era a implementação prevista na altura, mas vamos enfim, porque todos nós temos a ganhar com aquilo que ele

vier a beneficiar no futuro, com as empresas que lá se instalarem. Portanto relativamente à restante matéria que nos trouxe ao conhecimento sobre o Parque Empresarial, reservamo-nos para falar mais tarde, na altura própria, aquilo que tivermos por bem.” ----------

------ **Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara** – PJ da União das Freguesias de Águeda e Borralha: ----------

------ “Queria apenas dizer ao Sr. Eng.º Hilário que, afinal, a proposta era muito complicada e também porque eu não tinha chegado às contas de 1€. Agradeço o esclarecimento e mantenho aquilo que disse. Também queria dizer outra coisa, é óbvio que as empresas são importantes e eu, contrariamente ao Sr. professor Martins, acho que não se devem dar todas e mais algumas garantias às empresas e aos grandes investimentos porque têm que haver algumas regras e normas instituídas. Porque, o que nós temos verificado ao longo dos últimos anos no nosso país, é que os grandes investimentos e as grandes empresas têm direito a uma série de benefícios e mais alguns e quando a a gente dá por ela eles zarpam embora e é a hecatombe. Portanto, eu acho que deve haver alguma ponderação, alguma moderação, alguma objetividade como disse o Sr. Eng.º Simões. Uma questão que o Eng.º Manuel Farias aqui colocou e me parece interessante e que eu gostaria de ver aqui, de certa forma, também explicada pelo Sr. Presidente. As empresas vão comprar o terreno a 1€, penso que tem que ficar cá 5 anos. O que eu queria dizer é que deve haver algumas regras e salvaguardas sempre e em especialmente com os investimentos também muito grandes. Se por um lado eles são claramente catalisadores e que vão criar muitos trabalhos diretos e indiretos, se a coisa corre mal o tecido empresarial também se ressentirá muito. Eu espero que seja um sucesso e que venham para cá todos os investimentos mas acho que não se deve fazer tudo a favor de quem tem o dinheiro e que faz o especial favor de vir investir, porque quem vem investir a Águeda sabe que Águeda reúne todas as condições que poucas zonas do país têm. Esse também é um facto e é um facto que atrai investimento e porque uma empresa que se instale em Águeda tem uma série de empresas que já cá estão instaladas e que a apoiam. Portanto, Águeda é sempre um local aprazível para se fazer investimento.” ----------

------ **Paulo Manuel Matos Soares** – PSD: ----------

------ “Queria salientar dois aspetos importantes. Primeiro, o Sr. Presidente da Câmara está de gravata, o que é uma nota de institucionalismo nos tempos que correm. Ele disse que vem de Lisboa e estava-me a lembrar, tendo ele vindo de Lisboa, é porque foi lá pedir alguma coisa. É isso que ele deve fazer muitas vezes. E certamente, a avaliar pela intervenção do Sr. Carlos Nolasco, por este andar, se cada freguesia for pedir uma zona empresarial, isto é quase um Silicon Valley a preço quase de custo. Penso que entendi a

intervenção do Sr. Presidente da Junta de Fermentelos, e até por uma razão. Convinha era arranjar primeiro o largo da Sra. da Saúde para tornar aquilo atrativo. E aqui no Parque Empresarial há um problema fulcral de que ninguém falou ainda, que é: se aquilo não tem acessos capazes, não há investimento que resulte. Não sei se os investidores, que certamente estão a contar com algumas notícias boas, trazidas pelo Sr. Presidente da Câmara do poder central, ou dos fundos comunitários ou seja do que for, penso que estes investidores, e já vou falar deles, estão a contar com isso. Também é importante que aprendamos a suportar bem a crítica. ----------

------- O Sr. Manuel Farias cada vez que fala, fala do Plano Estratégico 2001. Bem... ele existiu! Foi um pontapé de saída. Fatores vários ao longo do tempo, fizeram com que não tivessem sucesso alguns vetores, algumas linhas de força que nele foram já pensados e, como sabe, era um documento aberto e foi sendo aberto e discutido ao longo do tempo. ----------

------ Que o poder também saiba ouvir. Isto é importante. As críticas que aqui foram feitas ao longo do tempo, nunca foram à existência de um parque empresarial em Águeda; foram à localização, às estratégias obviamente seguidas e nós temos que estar abertos a isso e enriquecer os nossos projetos com as críticas. Até porque a economia, e eu não sou economista, é como disse o Vasco Polido Valente há dias “um capítulo da política”. ----------

------ É preciso pensar politicamente, estrategicamente e a Câmara está a fazer a sua obrigação. A Câmara projetou um parque empresarial! A crise económica e um conjunto de fatores não permitiram que ele já estivesse mais avançado, mas penso que há condições neste momento para que isso possa acontecer. E há condições várias: condições de país, condições de fundos comunitários, condições de intervenções da Europa que vai dar dinheiro aos bancos que possam fazer chegar dinheiro às empresas para que elas possam investir e aí vamos ao encontro do que disse o Sr. Professor Martins: sem dinheiro não há investimento. ----------

------ Agora, também penso, esta questão das regras são questões muito técnicas. O que importa é a opção de fundo. Ela está feita, deve ser elogiada e já tem dois projetos importantes para lá se instalarem. Um projeto de empresas de Águeda, num setor de aposta relevante, em parceria com Universidades e associações Empresariais. Portanto, não se espere que se venha aqui dizer mal do Parque Empresarial ou dos investimentos. Que sejam eles bem-vindos! As empresas hoje, terem capacidade de se consociarem e apresentarem um projeto, é relevantíssimo. Aliás, substituir importações por exportações é do melhor que há. Portanto, nós não podemos estar ao lado dessa parceria que terá sido naturalmente efetuada entre a autarquia e esse grupo de empresas, como apostar no setor automóvel também que agora até esta a subir a venda internacional de automóveis. ----------

------ Portanto, nós estamos em linha, com alguma luz ao fundo do túnel, que se vê em termos económicos, apesar das nuvens escuras da Grécia e da falta de gravatas. Por isso é que eu falei da gravata. A parte da gravata é muito importante porque é institucionalizar a política. Não pensar só em termos económicos mas também não esquecer que é preciso dinheiro para investir. ----------

------ Portanto, eu queria deixar aqui esta nota de elogio, ao esforço que a Câmara Municipal está a fazer. Esta inevitabilidade de tornar o preço por m2 mais barato é obrigação da autarquia, na linha do que disse o Eng.º Manuel Farias, para criar vantagem competitiva, relativamente aos concelhos concorrentes e apostar em clusters é fundamental. Nós dizemos isto há muitos anos. Esta coisa é dos livros. Já estou como o Dr. Deniz Padeiro: eu já tinha pensado nisto e é verdade. ----------

------ Toda a gente pensa em definir um cluster; apostar num cluster e a autarquia aposta num cluster e está apostado: ----------

------ Setor das duas rodas, acho muito bem! ----------

------ Produtos do setor automóvel, excelente! ----------

------ Agora, Sr. Presidente agora sem acessos?! ----------

------ Eu espero que com a boa apresentação que hoje traz, que traga notícias positivas de Lisboa porque isto anda muito mau. ----------

------ Não há Águeda - Aveiro, não há ligações, continuamos num buraco e não há industria nem investimento sem ligações rodoviárias. Ninguém me convence do contrário. ----------

------ Portanto, invista nisso e ter-nos-á sempre ao seu lado nessa matéria!” ----------

------ **Alberto José Fernandes Marques** – PSD: ----------

------ “De uma forma muito breve e telegráfica e relativamente a este 1º ponto que não tem a ver com estes casos específicos das duas empresas que iremos analisar a seguir, queria desde já e para esclarecer que não suscite qualquer dúvida, vou votar favoravelmente esta proposta de baixa de preço, que é isso que é aqui apresentado. No entanto, eu queria reforçar veementemente e que o Sr. Presidente levasse em conta a nossa recomendação de que este regulamento depois de revisto, que o executivo faça uma apreciação e que o reveja e que torne claras estas situações, porque esta questão, como o meu colega Dr. Paulo Matos aqui falou, depois destas regras complicadas, são regras técnicas complicadas, mas elas tem que fazer parte deste regulamento. ----------

------ Como sabe, temos agora casos como o Lidl, em mãos, mas poderão surgir outros no futuro e convém que estas coisas estejam todas salvaguardadas. E isto, não se trata de complicar. Trata-se antes, de deixar claro aos olhos de toda a gente, de todos os empresários de Águeda e de fora de Águeda, que queiram aqui investir, que estas situações

que vamos aprovar aqui a seguir, para dois casos paradigmáticos, dois investimentos importantes, em que vamos autorizar a Câmara a vender os terrenos a 1€, que podem também existir para eles desde que cumpram também umas determinadas condições. Que aliás, aquilo que nós propomos na nossa proposta, passe a redundância, vai até na linha da maior parte dos requisitos que estão no regulamento que o Sr. Presidente da Câmara tem neste momento. A nossa proposta, na minha opinião, até acaba por ser uma carta-branca, acaba por dar alguns trunfos ao Sr. Presidente da Câmara e ao executivo, para que tenha argumentos, meios e ferramentas para poder negociar, de futuro, situações que venham a surgir, com outros entendimentos. Não necessariamente tão grandes como este mas que sejam relevante também porque também é de PME's que o nosso investimento é feito e o Sr. Presidente teria aqui uma ferramenta que lhe permitiria, dentro daquelas condições, estando as cartas todas na mesa e os empresários sabendo com aquilo que podiam contar, se cumprissem aqueles requisitos e aquelas formas de investimento, poderia caminhar para estas situações não tendo de trazer aqui pontualmente aqui a esta assembleia esta situação de levar a 1€. Andamos aqui, casuisticamente, a tentar resolver uma situação em que uma parte tem a ver como o Parque foi planeado e a outra parte não tenho o mínimo problema em reconhecê-lo, tem a ver com a conjuntura internacional e nacional que está fora do controle da Câmara, mas eu acho que temos que aproveitar todas as ferramentas ao nosso dispor para que esse problema seja mitigado. ----------

------ Essa nossa proposta, que eu recomendo vivamente, apesar de votar favoravelmente esta alteração de preço para 15€, recomendo vivamente que o Sr. Presidente se considere analisar esta proposta e rever o regulamento para que tudo fique claro e que os empresários saibam com o que podem contar e que podem de facto contar com terrenos a 1€ ou perto disso, caso cumpram determinados requisitos." ----------

------ De seguida, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** dá a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** para esclarecimentos do que achar por conveniente, cuja intervenção se transcreve na íntegra. ----------

------ "Peço desculpa pelo atraso. Efetivamente vim de Lisboa. Tive duas reuniões com dois secretários de estado e só consegui chegar à hora que cheguei. Se me permitem, eu abordaria este caso do 1º ponto e também irei dar algumas explicações sobre os dois seguintes que eu penso que estarão corelacionados. ----------

------ Mas, nós só estamos hoje aqui, porque há o Casarão. Porque investimos e porque criámos um parque empresarial num sítio em que o PSD achou que não era o indicado, mas existe, está lá, está feito e houve por parte do executivo visão estratégica e, uma palavra que está na moda, resiliência e estamos hoje aqui a discutir uma proposta de alteração de

preços depois também, dois possíveis investimentos. ---------- E, a questão do preço, quando foi estabelecido o preço, 25€ era um preço normal em termos do mercado de Águeda. Até abaixo do mercado. Só que, a situação económica, foi profundamente alterada. Posso vos dizer que nós vimos aqui com esta proposta de 15€ o m2 e temos uma empresa à espera do projeto aprovado na Câmara para podermos fazer a escritura e não estou a falar destes dois empreendimentos. Estou a falar de uma outra empresa que está à espera desta aprovação para fazer a escritura connosco e para começar a construir este mês ainda. ---------- Dizer também que temos comprometido, 71% do Parque Empresarial do Casarão. E não estamos a falar do investimento da empresa Sakti, porque este é para colocar fora do Parque Empresarial, adjacente ao Parque, aproveitando as infra-estruturas que lá estão, porque este empreendimento não cabe dentro do Parque Empresarial. Estamos a falar de uma infraestrutura para colocar fora do Parque Empresarial. ---------- Sobre as propostas que foram apresentadas, não tenho problema nenhum de analisar mais profundamente essas propostas, até porque penso que não será na próxima assembleia, e pedia essa compreensão, nós vamos trazer aqui algumas propostas de alteração do regulamento. Porquê? Porque estivemos a dialogar com instituições bancárias e é possível utilizar um modelo que nós temos para quem quiser e não tenha projetos diferenciadores de fazer direito de superfície e pagar pelo terreno 1€/m2 por ano. ---------- O que é que temos que alterar aqui nesta situação e que estamos a negociar com uma entidade bancária? Eles não podem fazer leasing imobiliário porque a propriedade porque só tem o direito de superfície, mas podem fazer um leasing mobiliário com o direito de superfície. Então, estamos à espera que nos entreguem uma minuta daquilo que será necessário alterarmos do nosso regulamento, para darmos esta possibilidade também às empresas. Ou seja, de pagar 1€/m2 durante o numero de anos que estiver estipulado e ter o seu terreno, o que, até fiscalmente, é bastante favorável. ---------- Portanto, estamos atentos e procuramos responder às solicitações que nos são feitas. Ainda há pouco tempo nos apareceu uma empresa para verificarmos a possibilidade de a Câmara ficar com as instalações onde está e negociar com o terreno, mas isto é um processo normal. Aquilo que tem de acontecer mais, é vir aqui à Assembleia Municipal para ter o vosso acordo. Portanto, estamos cá todos para decidir. Como já foi aqui dito, há muita variabilidade neste momento. Eu não sou contra as regras. Nós temos que ter regras para fazer o negócio imediato. Cumpre-se, está cumprido! Agora, há aqueles casos que saem das normas, que são uma minoria deles e isso eu nem quero que seja a câmara a discutir. ------- É esta Assembleia que tem a prerrogativa de aprovar ou não esses projeto, mediante

proposta da autarquia. ----------
------ Sobre essa questão de rever o regulamento, não para a próxima, mas quando tiver essa proposta de entidade bancária, trazer tudo para não andarmos aqui sempre a alterar o regulamento e vermos o que é que devemos introduzir. ----------
------ Eu não fui de fato e gravata a Lisboa para tratar das acessibilidades. Eu acho que as coisas têm tempos para serem feitas e a questão das acessibilidades é este, mas não é premente; premente é termos condições para termos cá os dois investimentos. ----------
------ Já agora, permitam-me então que fale sobre os investimentos. ----------
------ A Triangle's, de empresários de Águeda parece-me, e por isso apoio o projeto, estratégico na nossa região. ----------
------ Em 1º lugar, nós somos um concelho com grande tradição nas duas rodas, mas isto não é suficiente. ----------
------ Qual é para mim a grande vantagem ou algumas vantagens que este projeto tem? ------
------ Substituir importações, vai produzir em Portugal, coisas que neste momento, só são produzidas na China. Vai utilizar tecnologia de ponta que não é conhecida noutros locais; porque, soldar alumínio com robots e para o efeito que é, não há ainda em nenhum local onde isto se esteja a verificar. Esta produção, estimada de 500 mil quadros é quase tudo para exportação, vai trazer, estou convencido, mais empresas para Águeda. Porquê? ---------
------ Porque os clientes que já levam, desta região, as rodas, as rodas pedaleiras, os travões e passarem a levar os quadros, depois as forquetas e outras peças, é natural que surjam complementarmente outras empresas que vão dar respostas a este mercado. E estamos a falar de mercado de elevado nível, do mercado europeu e americano. Portanto, entendemos que é um investimento estratégico, dentro de uma região que está muito vocacionada porque temos muitas empresas na área das duas rodas, também foi identificada na estratégia de desenvolvimento inteligente, na área da mobilidade, também com o setor automóvel, área em que somos fortes. ----------
------ Relativamente ao segundo investimento, não há garantias que venha para cá. Ponhamos as coisas claras. Aquilo que me foi dito talvez historiando mais o processo: fomos visitados pelo CEO da empresa, eles expuseram-nos o projeto e nós expusemos as condições. Uma das condições que eles disseram que teríamos de reunir para que se instalassem aqui, era que o Parque estivesse equipado com uma potência elevada de energia. Numa 1ª fase precisariam de uma potência de cerca de 40GW, numa 2ª fase de 90GW. Isto a mim, não me dizia nada. E penso que à maioria de vós também não. Mas posso vos dizer que 90GW/ano é mais do que gasta todo o Concelho de Águeda, em energia. Portanto, estamos a ver a magnitude daquilo que estamos a falar. E disseram-nos

logo que, para colocar lá esta energia, era preciso um custo superior a um milhão de euros. Foi isto que nos disseram. E, nós agradecemos o convite, dissemos que iríamos analisar o que era preciso e, depois, daríamos uma resposta. Entramos em contacto com a EDP e a EDP estipulou-nos um intervalo de valores: entre 1 milhão e 2 milhões de euros. Refletimos, falámos nisto informalmente no executivo e ponderámos o que estava em causa. São 120 a 150 postos de trabalho na 1ª fase, na 2ª fase podem chegar aos 1.500 postos de trabalho direto e aos 10.000 indiretos. É uma fábrica que faz componentes críticos para o setor automóvel em que a 1ª unidade é uma fundição de ferro, a 2ª unidade é uma fundição de alumínio e depois terá outras unidades para complementar a gama dos produtos e acabamentos necessários aos produtos. ----------

------ Mas também nos fomos informar sobre o que era a empresa e o seu projeto, etc e vemos que é uma empresa que se envolve com o meio e é uma empresa que tem preocupações ambientais; é uma empresa que está certificada em EMAS: EMAS é a certificação ambiental e que, portanto, nos dá garantias. E com esta análise, tivemos uma reunião no Porto com a Administração e comunicámos-lhe que estaríamos disponíveis para colocar no Parque Empresarial a energia que eles precisavam para laborar e também os informámos do preço. Eles quiseram conhecer mais um pouco da nossa ação e daquilo que nós fazíamos, do que era o nosso concelho para além das informações que tinha, tive oportunidade de lhe dizer e, no final, havia já uma shortlist e que face às condições que nós tínhamos e que não garantiam energia e o preço era aquele que estava entre os 15€ e os 25€, portanto, não tínhamos adiantado mais nada, estaríamos fora, mas com as condições que apresentámos passamos para a shortlist e para a linha da frente. Não nos disseram se era 1º,2º ou 3º, mas disseram-nos que estávamos colocados na shortlist. Disseram também que eu disse que era 1€ mas também que tinha que ser aprovado pela Assembleia Municipal e que não trabalhavam por hipótese e queriam ter o caminho desimpedido quando tomassem uma decisão. Prometi que iria fazer a proposta em reunião de câmara e levaria à Assembleia Municipal. Este processo não tem duas semanas. Portanto, é um processo extremamente rápido. ----------

------ E se a Triangle's tem que estar a produzir em junho do próximo ano, a Sakti é para estar a produzir em janeiro de 2017. Mas em junho de 2016 tem que ter um forno para entrar em testes, para começar a produzir. ----------

------ Portanto, estão a ver a rapidez com que estes projetos têm que avançar e do que é que estamos a falar. ----------

------ Obviamente não vos vou maçar a falar aqui das reuniões que tenho tido e das pedras que estou a tentar afastar do caminho que são bastantes. Há aqui situações complexas que

não têm a ver com a câmara mas que têm a ver com as condições que temos de criar, mas estamos na luta e estaremos até ao final porque entendemos que é um investimento também estratégico para o nosso concelho. ----------

------ Meus senhores: que não sejam 1500 mas que sejam 1000 postos de trabalho, é uma brutalidade, comparando com as nossas empresas e é um fortalecimento para o setor automóvel em Águeda. Nós já temos bastantes empresas do setor automóvel e assim, aumentamos mais as nossas capacidades. Meus senhores: uma roda toca a outra! ----------

------ Nós, com estes investimentos, queremos ver quem é o governante que vai dizer que não, no mínimo a uma ligação à autoestrada! Quero ver se não se arranjam dinheiros comunitários e nacionais para se fazerem 8km de estrada para nos ligarem à auto-estrada! -

------ Por isso, para todos os efeitos, considero estes investimentos extraordinariamente importantes para o nosso concelho. Aquilo que eu vos digo, é que lutarei bastante para, tenho trabalhado bastante e vou continuar a trabalhar para que estes projetos sejam possíveis para a nossa terra." ----------

------ **Hilário Manuel Ferreira do Santos** – PSD: ----------

------ "Só venho falar porque já estamos nos outros dois pontos que eu não sabia que iam ser discutidos em conjunto e vou pegar exatamente nesta ultima questão que o Sr. Presidente estava a falar: a questão da empresa da fundição. Concordo com tudo o que disse no entanto, o que vamos aqui hoje aprovar, é vender terreno a 1€/m2, sem nenhumas garantias para que a empresa se instale ou não instale em Águeda. É isto que a Assembleia Municipal vai fazer. Vai aprovar para vender a 1€/m2, 200.000 metros de terreno e ponto! Não é direito de superfície. É vender e ponto! ----------

------ Presumo eu que o Sr. Presidente não vai fazer este tipo de contrato com a empresa, porque inclusivamente vai ter que fazer o investimento e vai se acautelar nisso. Obviamente que lhe daremos, da nossa parte, uma carta em branco, para isso, mas da mesma maneira que a empresa diz que não podemos estar dependentes que a Assembleia Municipal aprove ou não, da próxima vez teremos que vir aqui, numa situação deste tipo. É 1€, sim senhor, ou então fazemos como eu tinha sugerido. ----------

------ E porque é que eu há bocado sugeri um conjunto de regras? Porque elas já estão definidas. Já há contrapartidas dos empresários ou então temos que as trazer aqui. Não estou a por em causa a sua boa-fé e que deve ser feita a negociação e que o Sr. Presidente vai com certeza criar condições no contrato de assinatura com determinada empresa. Não estou a pôr isso em causa, mas nós na Assembleia Municipal é que vendemos a 1€. Ponto! Era só isto que era para esclarecer!" ----------

------- **Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara** – PJ da União das Freguesias de

Águeda e Borralha; ----------

------ “Queria salientar na intervenção do Sr. Presidente, uma coisa que me parece me parece extraordinariamente interessante e que se chama transparência, ao dizer que está disponível e muito bem, com os tempos que correm, que qualquer assunto relativamente ao Parque Empresarial, que ele, mais do que decidir o ter carta-branca, para decidir traz á Assembleia. E eu acho isso extremamente interessante e de realçar. E é menos confuso do que aquela panóplia de euros para trás e para frente e, portanto, Sr. Presidente, dou-lhe os meus parabéns! ----------

------ Acho que nos tempos que correm, com os problemas que temos, penso que cada situação, o que eu sugeri entrou mais ou menos no que o Sr. Presidente abordou, que é a possibilidade de firmas trocarem terrenos por espaços na zona industrial. Tudo isso está contemplado e é exatamente na Assembleia e acho que o Sr. Presidente da Câmara faz muito bem em trazer à Assembleia porque assim é uma forma de nos coresponsabilizar a todos e fazer de nós também parte do desenvolvimento do nosso concelho. ----------

------ Espero que a empresa dos quadros esteja pronta rapidamente para o Sr. Presidente ganhar a corrida e trazer a outra da fundição para cá. ----------

------ Esperava que os governantes não tivessem necessidade de perceber que Águeda é de facto um concelho importantíssimo no país e que não fosse necessário este tipo de grandes investimentos porque o grande investimento que há em Águeda são as centenas de pequenas e médias empresas que tanta riqueza têm dado ao país.” ----------

------ Seguidamente o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** faz a intervenção que se transcreve na íntegra: ----------

------“Nós temos aqui duas vendas de dois terrenos. Um é de acordo com o regulamento; mudámos apenas o valor do m2. O outro está fora do loteamento e não está regulamentado porque está fora do Parque Empresarial. Nós ainda temos que ver qual é a figura. Estamos a estudar isso com a CCDR e nós ainda temos de ver qual é a figura que vai existir: se é suspensão do plano de pormenor do Parque Empresarial, se é só constituir ali um lote e resolver assim a situação. Por isso, eu neste momento, não podia trazer mais a esta assembleia, do que a possibilidade de alienar a 1€/m2. ----------

------ Obviamente, se a empresa tem dois módulos de investimento, ou seja: tem uma 1ª fase e uma 2ª fase, o contrato que iremos fazer, irá refletir isso mesmo e esse contrato será aprovado em executivo. Portanto, não irá ser nenhuma negociação secreta, é uma negociação em que o contrato irá a executivo para ser aprovado e que irá, obviamente, refletir aquilo que for também o plano de investimentos da empresa. ----------

------ O Parque Empresarial tem um plano de pormenor que o regulamenta e só está como

Parque Empresarial, o conjunto de lotes que estão delimitados lá dentro. Este terreno está fora do Parque Empresarial. É adjacente e é nessa zona que iremos negociar.” ----------

------ Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por **unanimidade**, deliberou aprovar a Proposta da Câmara Municipal de **alteração do preço de venda dos lotes para o Parque Empresarial do Casarão – Águeda, durante o ano de 2015**; ----------

------ **2** – **Discussão e Aprovação da Proposta de reconhecimento de Interesse Público e Proposta de valor da venda de terrenos inseridos no Parque Empresarial do Casarão (Espaço de Atividades Económicas) – Sahkti Portugal;** ----------

------ Neste ponto da Ordem de trabalhos, foi feita a seguinte intervenção que se transcrevem na íntegra: ----------

------ **José Marques Vidal,** PS: ----------

------ “A minha vinda aqui é para elogiar o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal pelo executivo, naquilo que já muito foi falado que é a visão estratégica para o Concelho, na forma como se bateu e apesar das adversidades demonstrar que o tão enorme, demasiado e enormíssimo Parque do Casarão arrisca-se esta noite a ter 71% de área ocupada, sabendo nós que se essa área for ocupada, os restantes 30%, qualquer meia dúzia de empresas ou de permutas ficará cheio. ----------

------ A minha intervenção aqui tem a ver com o desconhecimento sobre estas situações. E como tenho um grande desconhecimento sobre o meio empresarial e o que é isto que se fala ultimamente que é a economia, eu lembro-me de uma frase que dizia “a economia é estúpida”. Para mim a economia é estúpida porquê não sei, mas oiço falar todos os dias. E sempre que oiço falar em economia vejo piorar a vida das pessoas. e sempre que oiço falar em valores da economia, e em custos e benefícios vejo piorar a vida das pessoas. E sempre que vêm aqui e oiço falar nos custos e nos investimentos e nas alavancagens eu vejo mais pobres, mais desempregados, mais de 150.000 pessoas a ganharem o ordenado mínimo e a serem pobres. ----------

------ É neste ponto que eu faço o alerta a esta assembleia, e nomeadamente ao executivo que apoio, em quem confio e que acaba de nos conduzir de um certo desequilíbrio que vivíamos em 2005 a uma situação desafogada, a uma situação de equilíbrio sustentável em 2015. E é aqui o meu ponto de reflexão como ignorante nesta matéria. ----------

------ Se há uma estratégia que foi seguida por este executivo, foi recuperar uma situação de falta de credibilidade de um concelho, e uma situação financeira deplorável, para uma situação credível e de equilíbrio financeiro; ----------

------ Se há uma matéria em que este executivo teve sucesso, foi de uma reorganização de um tecido social, de muitas instituições de voluntários do concelho, das IPSS´s, nas associações, criar um movimento associativo cada vez mais forte, cada vez mais unido, apoiá-lo e desenvolve-lo e muito bem; ----------

------ Se há um ponto que pelo menos eu percebi, que é o equilíbrio sustentável das chamadas Smart Cities que estão muito na moda, que é um desenvolvimento sustentado de um concelho de maneira a que as pessoas sejam a parte mais importante desse concelho, eu também acho que estamos a chegar lá e muito bem. ----------

------ Isso assenta em pilares: pilar de equilíbrio ambiental, o pilar da educação, o pilar da cultura e o pilar do apoio social. E nestes 4 pilares tem havido um esforço contínuo deste presidente e deste executivo, na melhoria destes 4 pilares e na melhoria de tornar Águeda um concelho atrativo, uma cidade para se viver e uma cidade sustentável. ----------

------ Quando eu vejo que está cumprida também a parte do emprego de Águeda, com um parque empresarial demasiado grande, mas que irá ficar completo e portanto irá contribuir para esse equilíbrio do concelho, aparece-nos um possível investimento, desmesurado para a dimensão do tal parque que já não existe, fora do parque, desmesurado quanto a mim para o concelho e cujos efeitos no concelho mudam o paradigma de economia deste concelho criando eventualmente um outro mais evoluído. Porque este projeto de vários milhões, em compra de terrenos, em investimentos, na EDP, não é do Concelho de Águeda mas é um investimento do país. ----------

------ O meu alerta para o Sr. Presidente, é que não prescinda em prol deste possível desenvolvimento, das exigências necessárias e compromissos. ----------

------ Porque se este investimento vier para Águeda, a minha impressão, como ignorante, é que os mil postos de trabalho, serão sempre bons para o país e para as pessoas desempregadas embora eu ache que vão ser mil postos a 505€, por enquanto, criando novos pobres. Que irá haver desenvolvimento da economia, que se irá entrar nos princípios dos turnos porque as vidas das populações deixam de ser vidas iguais à da maior parte das pessoas em que a felicidade se constrói por tempos de trabalho e de lazer e vai passar a ser uma sociedade de turnos, em que uns vivem no turno da meia-noite e outros no turno das oito da manhã e isto tem uma influência fulcral sobre a felicidade das pessoas e sobre o tipo de sociedade que nós vamos desenvolver. ----------

------ Isto tem uma influência fulcral sobre a falta de apoio que as nossas crianças estão a ter, sobre os problemas que todos os dias aparecem, sobre as depressões que todos os dias se vivem. ----------

------ A economia não manda na vida e na felicidade das pessoas. ----------

------ A economia é simplesmente uma parte dessa felicidade. E é aqui que não é a todo o custo. ----------

------ Isto não é o Barreiro dos anos 60; isto não é a CUF, nem a destruição total ambiental e de estruturas de vidas que se criaram, nem a explosão quando aquilo foi tudo ao ar. ----------

------ Portanto, mais um alerta ao Sr. Presidente da Câmara e ao executivo, que irá negociar, nas exigências que se fazem por exemplo nas chamadas reversão dos direitos ou reversão dos terrenos. Porque se nós vamos apoiar a empresa e ela ao cabo de 5 anos se vai embora, ou se vende, e se nós vamos apoia-la para a termos cá por causa do emprego, que não é de cá, porque este é um verdadeiro projeto nacional, e se nós vamos fazer isso e vamos alterar um concelho e um equilíbrio que estávamos a ter, pode ser alterada uma decisão nossa, nada nos impede de o fazer, devemos ter muita atenção, que não é primordial na minha opinião, este investimento para o concelho. Não é primordial para o concelho porque o concelho tem coisas muito superiores a este investimento. E isso é vender um concelho em troca de dinheiro que virá num certo momento a sustentar pessoas, com ordenados que não sabemos se serão os melhores ou não; não sei as casas que vão comprar, o que vão gastar em refeições, o que é que elas vão fazerem todos os municípios da região, porque o impacto não é só aqui. Vai ter um impacto positivo catalisador de novas empresas, novas tecnologias, novas evoluções. Isso tudo é previsível. ----------

------ Agora, temos que ver que vai haver uma deslocalização do compromisso e do equilíbrio que estávamos a obter. Vai haver uma mudança de paradigma. Se o investimento acontecer vai manter-se por muitos anos. Estamos a falar do paradigma de Águeda. ----------

------ Eu acho que o paradigma de Águeda e o trabalho de excelência do Sr. Presidente deu-se até hoje em todos o vetores e é completada com o Parque Empresarial estar lotado ao fim de mais de um ano. ----------

------ Estão criadas as condições nos aspetos da Cultura, da Educação, da qualidade de vida dos cidadãos. ----------

------ Ao contrário, e aí o meu alerta é: quando avançarem, que os compromissos sejam muito bem verificados porque, não é serem piores ou melhor que os outros. Nós temos que ser, efetivamente, dentro das possibilidades de cada um, e das possibilidades da autarquia, e da comunidade, ser efetivamente felizes. E a felicidade não advém do emprego a qualquer custo ou da destruição de bens que são de todos: bens ambientais, bens de vida, bens de tempo porque os tempos são horas, à custa dessa destruição toda, só em prol do emprego, produção, capital, a dita economia.” ----------

------ Seguidamente o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** faz a intervenção que se transcreve na íntegra: ----------

------ “Penso que o Sr. deputado José Vidal está desfasado no tempo. Nós não estamos a falar de uma fábrica do Séc. XVIII. Estamos a falar de empreendimentos de vanguarda do Séc. XXI que, na minha perspetiva e por aquilo que eu tenho observado vão ter poucos vencimentos de 700€ porque grande parte dessas funções repetitivas são feitas por máquinas e por *robots*. ----------

----- Esta fábrica, a **Triangle’s** se fosse para produzir os mesmos quadros, não sei quantos milhares de pessoas é que eram necessários. Na fundição disse que as atuais instalações são certificadas EMAS. ----------

------ Nós temos na Europa e em Portugal um grande controle ambiental. Eu não estou preocupado com isto. Eles têm de cumprir e vão cumprir todas as normas do pais. Estas empresas, são empresas de alto nível. ----------

------ Estive no centro de formação da Autoeuropa onde eles montam e desmontam carros de formação e o chão é branco. As oficinas são brancas. E não se vê ponta de lixo. Não podemos confundir os maus projetos do século passado ou do início do século que foram muito úteis com os projetos que estamos a fazer neste momento. Não há qualquer comparação. E também não estamos a falar do Bangladesh ou de outros países assim. Estamos a falar da Europa. A Europa está em crise, mas tem um nível de exigência ambiental e de empresas enorme. E é disto que estamos a falar. São investimentos deste género. ----------

------ Agora, eu espero que muitas pessoas tenham aquilo que na pirâmide de maslow está cá em baixo que é a sua sustentabilidade assegurada e que não tenham que recorrer à solidariedade, porque ter trabalho é uma vertente fundamental para que a pessoa se possa realizar. Pelo menos é assim que é entendida e foi assim que eu aprendi, mas eu acho e tenho a certeza que o projeto de que estamos aqui a falar, tanto de um como de outro, são do mais elevado nível que temos na Europa e no Mundo. E portanto, as minhas preocupações a esse nível, não são nenhumas. ----------

------ Sabem o que é que me preocupa? Eu posso vos dizer: é a burocracia portuguesa.” -----

------ Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por **unanimidade**, deliberou aprovar a Proposta da Câmara Municipal de **reconhecimento de Interesse Público e Proposta de valor da venda de terrenos inseridos no Parque Empresarial do Casarão (Espaço de Atividades Económicas) – Sahkti Portugal.** ----------

----- **3 – Discussão e Aprovação da Proposta de Reconhecimento de Interesse Público e Proposta de Redução do Valor de Venda de Lotes no Parque Empresarial do Casarão – Triangle’s.** ----------

------ Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por **unanimidade** aprovar a Proposta da Câmara Municipal de **reconhecimento de Interesse Público e Proposta de Redução do Valor de Venda de Lotes no Parque Empresarial do Casarão – Triangle's.** ----------

------ E nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, pelas vinte e três horas e dezasseis minutos, do dia dez de fevereiro de dois mil e quinze, deu por encerrados os trabalhos desta sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que tem como suporte, gravação áudio e vídeo digital de tudo o que ocorreu na Sessão e que vai ser assinada pelo Presidente e pela Primeira Secretária da Mesa. ----------

O Presidente da Mesa:

A Primeira Secretária: